

# **Os Jovens Portugueses no Contexto da Ibero-América**

José Machado Pais  
Cícero Roberto Pereira  
(coordenadores)

 **Imprensa  
de Ciências  
Sociais**

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa - Portugal  
Telf: 21 780 47 00 - Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa  
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

*Instituto de Ciências Sociais - Catalogação na Publicação*

Os jovens portugueses no contexto da Ibero-América /  
coord. José Machado Pais, Cícero Roberto Pereira.  
Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2016  
ISBN 978-972-671-379-1  
C.D.U. 316.3



*Capa e concepção gráfica: João Segurado*  
*Revisão: Soares de Almeida*  
*Impressão e acabamento: Manuel Barbosa & Filhos, Lda.*  
*Depósito legal: 418791/16*  
*1.ª edição: Dezembro de 2016*

## Índice

Os autores .....	15
Prefácio .....	19
Introdução .....	21
<i>José Machado Pais</i>	
<b>Parte I</b>	
<b>Valores, atitudes e perceções</b>	
Capítulo 1	
Valores e atitudes perante temas socialmente sensíveis .....	33
<i>Cícero Roberto Pereira</i>	
Capítulo 2	
Perceções de violência social .....	53
<i>Simone Tabemallo e Cláudia Casimiro</i>	
Capítulo 3	
Sexualidade e métodos contraceptivos .....	75
<i>Sofia Almeida</i>	
<b>Parte II</b>	
<b>Confiança nas instituições democráticas e participação</b>	
Capítulo 4	
A participação social e política .....	93
<i>Paula Moura Ferreira</i>	

Capítulo 5	
<b>Os jovens frente à democracia e às suas instituições</b> .....	109
<i>Marcos Camero e Andrés Malavend</i>	
<b>Parte III</b>	
<b>Educação, trabalho e futuro</b>	
Capítulo 6	
<b>Educação e inserções profissionais</b> .....	121
<i>Vítor Sérgio Ferreira e Justina Rowland</i>	
Capítulo 7	
<b>Uso de novas tecnologias</b> .....	141
<i>Ana Neves de Almeida e Ana Delicado</i>	
Capítulo 8	
<b>Diagnóstico do presente, expectativas sobre o futuro</b> .....	155
<i>Sérgio Martins</i>	
<b>Bibliografia</b> .....	173
<b>Anexos</b> .....	179
Questionário A .....	181
Questionário B .....	191

## Índice de quadros e figuras

### Quadros

1.1	Ordenação média e desvios-padrão dos problemas que os jovens consideram mais importantes .....	38
1.2	Coefficientes de regressão múltipla que representam os pesos dos fatores explicativos das dimensões organizadas das preocupações dos jovens ibero-americanos .....	42
1.3	Médias e desvios-padrão das atitudes dos jovens em relação a temas socialmente sensíveis .....	44
1.4	Coefficientes de regressão múltipla que representam os pesos dos fatores explicativos das dimensões das atitudes dos jovens ibero-americanos em relação a temas socialmente sensíveis .....	47
1.5	Indicadores contextuais usados como fatores explicativos nos modelos de regressão múltipla .....	51
2.1	Mortalidade por homicídio voluntário em função de género (%) .....	58
2.2	Correlações bivariadas entre a percepção de violência e indicadores socioeconómicos, de percepção de vitimização social e de insegurança .....	63
2.3	Percepções sobre a situação económica do país relativa a situação antes do 25 de abril (%) .....	65
2.4	Percepções de violência urbana (%) .....	68
2.5	Correlações bivariadas entre ter presenciado a ocorrência de brigas com uso de armas e indicadores socioeconómicos .....	68
2.6	Percepção de violência familiar nos últimos doze meses (%) .....	70
2.7	Correlações bivariadas entre a percepção de violência doméstica e indicadores socioeconómicos .....	72
3.1	Médias e modas da idade da primeira relação sexual entre os jovens dos 15 aos 29 anos por sexo e país/grupos de países .....	78
3.2	Coefficientes de regressão estandarizados que representam a relação entre a idade da primeira relação sexual e os indicadores sociais .....	81

## Capítulo 6

# Educação e inserções profissionais

## Introdução

Num contexto global de prolongamento dos percursos educacionais, quer por via da dilatação da escolaridade obrigatória, quer da relativa democratização do ensino superior, a condição juvenil vê-se cada vez mais concomitante à condição de aluno (Vieira, Ferreira e Rowland 2014). A escola, por sua vez, vem ocupar uma posição cada vez mais central na vida dos jovens enquanto instituição socializadora (Almeida e Vieira 2006).

No entanto, simultaneamente, a escola tem sido também alvo de críticas e descrenças sociais. A relação virtuosa que existia entre tipo e grau de qualificação, profissão, remuneração e estatuto social já não é um dado adquirido (Alves, 2008). O diploma de ensino superior já não garante o acesso e progressão em determinada carreira, nem sequer um emprego que corresponda à qualificação obtida (Cardoso *et al.* 2014).

Perante o cenário de flexibilização e volatilidade dos mercados de trabalho e de precarização da relação salarial, onde o valor de empregabilidade dos diplomas concedidos pela escolaridade formal diminui, bem como as condições de trabalho que eles proporcionam – cada vez mais flexíveis, precários, inseguras –, as condições que favoreceriam a procura otimista da educação formal e dos itinerários que esta oferece têm-se visto fragilizadas. Os jovens são hoje compelidos a lidar com a insegurança e a polivalência que crescentemente pontuam as suas transições da escola para o mundo do trabalho (Pais 2001 e 2012a; Alves *et al.* 2011).

Esse processo de mudança social toma, contudo, velocidades e formas diferenciadas, dependendo das condições estruturais de cada país, no que se refere às oportunidades de educação e de trabalho que oferecem (ou não) às suas gerações mais jovens. Em cada país depende ainda das condições sociais e económicas inerentes aos diferentes contextos de socialização dos jovens inquiridos, bem como das suas características sociodemográficas.

Nesta perspetiva, o objetivo deste capítulo será o de analisar o conjunto de indicadores relacionados com a vivência escolar e a inserção no mercado de trabalho incluídos no 1.º Inquérito às Juventudes Ibero-Americanas, procurando identificar continuidades e contrastes intra e internacionais entre os jovens inquiridos.

Em termos de comparação internacional, escolheu-se neste capítulo comparar os jovens portugueses por contraste com os jovens espanhóis (considerando o interesse teórico específico em averiguar se a proximidade geográfica e de condições de crise económica destes dois países gera, ou não, respostas e perceções diferenciadas por parte das suas juventudes), com os jovens da América Central (que inclui a Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) e México e com os jovens da América do Sul (que engloba a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Que condicionantes estão na base da continuidade ou não dos estudos pós-secundários das populações jovens neste conjunto de países e regiões? Que atitudes desenvolvem face à escola, nas suas várias dimensões (funcionamento, pedagogia, aprendizagens, ambiente social, valência de empregabilidade)? Que valor os jovens ibero-americanos dão à educação no processo de inserção no mercado de trabalho, comparado com outros fatores, como o capital social e os próprios constrangimentos estruturais relativos às oportunidades dadas nesse mercado? Considerando a instabilidade laboral em que estão envolvidos, que valor dão ao sistema de segurança social, enquanto instrumento de garantia num futuro longínquo?

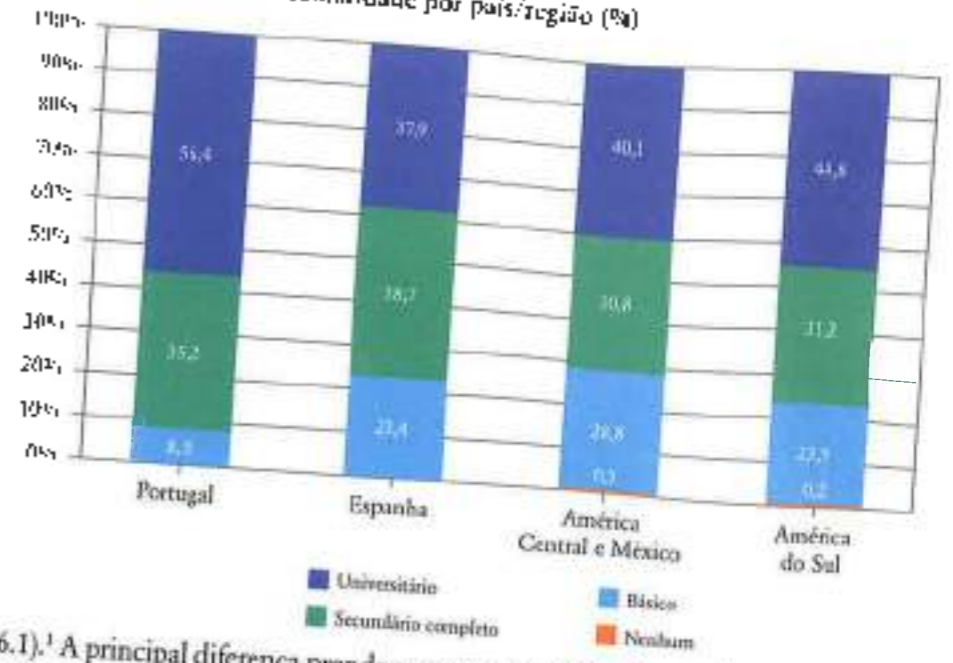
Antes de passar à análise dos indicadores de natureza mais atitudinal e subjetiva é relevante considerar a especificidade da estrutura de qualificações da amostra portuguesa representada neste inquérito, bem como a respetiva sociodemografia. Isto na medida em que a particularidade dessa estrutura, bastante diferenciada quer das estruturas características das amostras dos restantes países e regiões, quer da própria composição do universo juvenil português conhecida através de estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística, não deixará de ter efeitos na particularidade dos resultados dos jovens portugueses nas atitudes que demonstram face à escola e à inserção no mercado de trabalho.

### Educação

#### Estrutura de qualificações

O nível de escolaridade dos inquiridos indica diferenças significativas na estrutura de qualificações entre os países/regiões integrados na amostra (figura

Figura 6.1 - Nível de escolaridade por país/região (%)



6.1).<sup>1</sup> A principal diferença prende-se com a proporção de estudantes a frequentar ou tendo completado o ensino universitário, notoriamente sobre-representados na amostra de jovens portugueses (correspondem a 56,5% do total).<sup>2</sup> Essa sobre-representação é sentida quer relativamente à Espanha (37,9%) e aos países da América Central (40,1%) e da América do Sul (44,8%), quer relativamente aos dados oficiais em Portugal (onde a proporção de jovens entre os 15 e os 29 anos que atingiram o ensino superior – completo, incompleto e/ou ainda a frequentar – em 2011, data do último recenseamento nacional, é de 28,4%). Em paralelo, a amostra portuguesa aparece sub-representada na proporção de jovens com qualificações até ao ensino básico, completo ou incompleto (8,5%), quer em relação aos restantes países/regiões (Espanha, 23,4%, América

<sup>1</sup> As respostas à questão «que nível educativo tens?» foram recodificadas da seguinte forma: o ensino básico inclui os jovens que concluíram ou não o ensino básico e os que não completaram o ensino secundário; o ensino secundário inclui apenas os jovens que declararam tê-lo completo; o ensino universitário inclui os jovens que declaram frequentar ou ter concluído o ensino universitário. Os jovens que assinalaram o ensino técnico (completo ou incompleto) no questionário foram excluídos desta questão (n = 1721) devido à ambiguidade de que esta designação se reveste em Portugal, podendo corresponder, de facto, a vários níveis de ensino.

<sup>2</sup> É possível que o valor total de estudantes a frequentar o ensino universitário seja mais elevado para toda a amostra, uma vez que uma percentagem considerável de estudantes que assinalaram a opção «ensino secundário completo» declarou estar ainda a estudar, como veremos mais adiante.

Central, 28,8%, e América do Sul, 23,9%), quer em relação aos dados censitários de 2011, onde a proporção de jovens com essas qualificações era de 28,4%.

Em termos etários, os jovens portugueses com qualificações ao nível do ensino básico encontram-se distribuídos equitativamente por todos os escalões etários. Já os jovens que frequentam ou completaram o ensino superior encontram-se maioritariamente entre os escalões etários mais velhos, representando 61,4% entre os jovens com idades compreendidas entre 20 e 24 anos e 68,6% entre os jovens do grupo etário 25-29 anos.

Do ponto de vista do género, a tendência portuguesa de feminização do ensino superior reflete-se na amostra: as jovens portuguesas inquiridas tendem a ter qualificações superiores aos jovens do sexo masculino, com 62,6% daquelas a terem acedido à universidade e apenas 29,7% a terem-se ficado pelo ensino secundário; entre os jovens do sexo masculino, as qualificações estão distribuídas mais equitativamente, com 41% destes a deterem o ensino secundário e 49,7% estudos universitários.

### A continuidade dos estudos

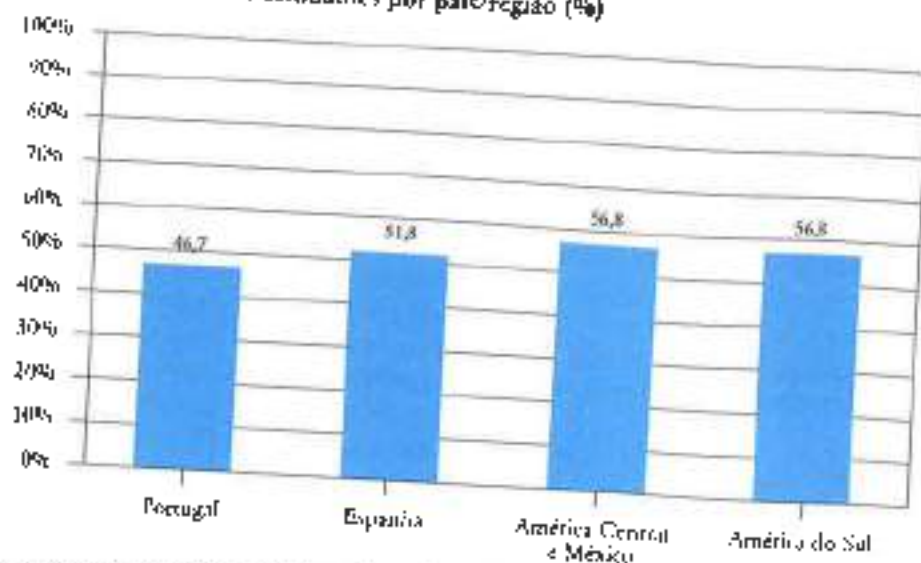
Os portugueses são, no conjunto dos países e regiões em análise, os que apresentam a menor proporção de jovens atualmente a estudar (46,7%) (figura 6.2). Considerando a estrutura de qualificações da amostra, 40,3% dos jovens portugueses que afirmam estar atualmente a estudar dizem ter o ensino secundário completo (antevendo-se que estejam, portanto, a frequentar o ensino superior),<sup>3</sup> 33,8% o ensino universitário incompleto (presumindo-se que estejam a frequentá-lo) e 20,2% o ensino universitário completo (podendo supor-se que estão a fazer pós-graduações).

A condição de estudante é ainda caracterizada por uma estrutura etária mais nova (60,7% têm entre 15 e 19 anos e 30,3% entre 20 e 24 anos), maioritariamente a viver na dependência da família de orientação (62,8%). Acresce o facto de a condição de estudante entre os jovens portugueses ser maioritariamente exercida como ocupação principal, sendo apenas de 20,3% a proporção dos jovens que afirmam atualmente estar a estudar, mas não indicando a condição de estudante como sua ocupação principal.

Entre os jovens portugueses que afirmam atualmente já não frequentar o ensino, 39,2% deixaram-no completando o ensino superior, 19,5% deixaram este grau de ensino incompleto, 33,3% com o ensino secundário completo, sendo apenas 6,8% os que o deixaram com o ensino secundário incompleto e 1,2%

<sup>3</sup> O que vem fazer crescer a sobre-representação de jovens a frequentar o ensino superior dentro da estrutura de qualificações da amostra portuguesa.

Figura 6.2 - Total de estudantes por país/região (%)



apenas com o ensino básico. São sobretudo jovens adultos (55,8% têm entre 25 e 29 anos e 35,6% entre 20 e 24 anos), sendo, no entanto, ainda elevada a proporção dos que vivem no contexto da família de orientação (51,1%, sendo de 31,5% a percentagem dos que já estabeleceram uma família de procriação).

A faixa etária intermédia (20-24 anos) respeita à idade modal onde sucede a transição da escola para o trabalho: 42,8% dos jovens desta faixa etária ainda se encontram a estudar, sendo de 57,2% a proporção dos que já abandonaram o ensino.

Na sequência da transição da escola para o trabalho vêm outras formas de transição para a idade adulta, nomeadamente a autonomização dos jovens face à família de origem e a constituição de uma família de procriação. Com efeito, são apenas 20,6% os jovens portugueses que, já tendo uma família de procriação, ainda estudam, tendo a sua maioria já abandonado a escola (79,4%).

Considerando o nível socioeconómico da família autoidentificado pelos jovens (figura 6.3), pode constatar-se que esta variável tem efeitos significativos sobre a decisão de continuar ou não a estudar. De facto, encontramos uma proporção substancialmente mais elevada de estudantes entre os inquiridos com melhores condições económicas (58%), por comparação com os estudantes oriundos de famílias cujo dinheiro «é apenas suficiente para sobreviver» (30,7%).

Do mesmo modo, perante as razões invocadas para o abandono escolar por parte dos jovens inquiridos que não completaram o ensino secundário,<sup>4</sup> é no-

<sup>4</sup> Esta questão foi floatada para jovens inquiridos que declararam ter «nenhum nível de escolaridade», «ensino básico incompleto», «ensino básico» e «ensino secundário incompleto».

Figura 6.3 – Condição de estudante por nível de vida subjetivo em Portugal (%)

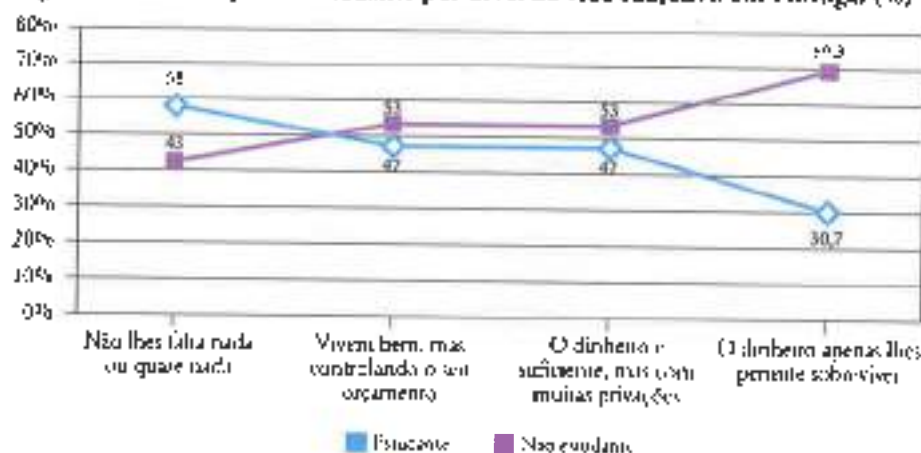
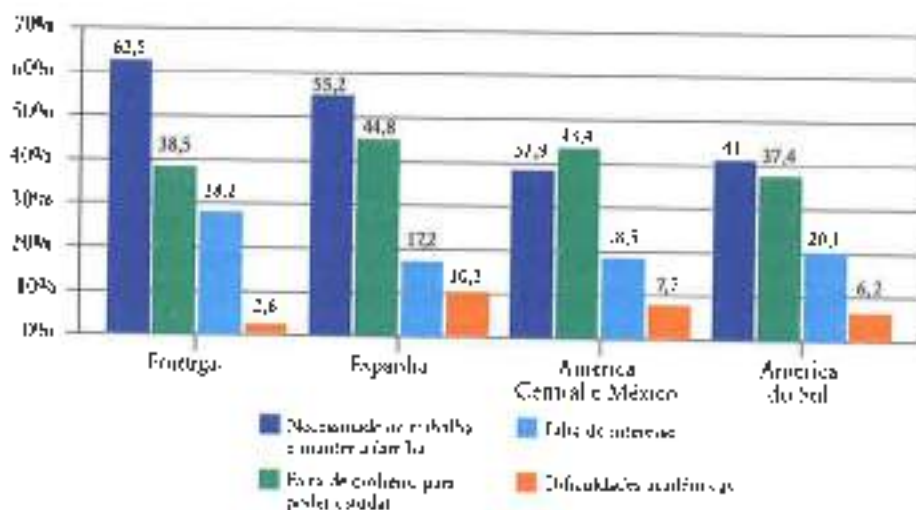


Figura 6.4 – Razões de abandono escolar antes de completar o ensino secundário por país/região (%)



tório que as principais estão relacionadas com as condições socioeconómicas das famílias, nomeadamente a «necessidade de trabalhar para poder manter a família» e a «falta de dinheiro para poder estudar», deixando para trás razões de ordem mais subjetiva na relação dos jovens com a escola (figura 6.4).

A necessidade de trabalhar para manter a família é apontada como uma das principais razões para o abandono escolar em todos os países/regiões, sendo que ganha destaque entre os jovens portugueses (62,5%) e espanhóis (55,2%). No caso dos jovens das regiões da América Central e México e da América do Sul, essa razão ganha alguma importância com «a falta de dinheiro para estudar»,

destacando-se relativamente à «falta de interesse em relação à escola» e às «dificuldades académicas».

### Perceções sobre a escola

Solicitou-se junto dos jovens ibero-americanos que expressassem o seu grau de concordância com alguns indicadores de perceção sobre diversas dimensões da vivência escolar (funcionamento, professores, utilidade do conhecimento na vida e no trabalho, violência) (figura 6.5), seguindo uma escala de 1 a 5 (1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente). Perante esta questão, verifica-se que todos os indicadores apresentam graus de concordância abaixo do ponto médio (3), o que indicia um certo grau de discordância perante o conteúdo crítico evidenciado por cada indicador.

Ainda assim, é de notar que, no caso de Portugal, os jovens inquiridos têm, em média, uma posição mais crítica do que a dos jovens dos outros países/regiões em análise relativamente à capacidade dos professores em ensinar e motivar os seus alunos para o estudo (2,71), bem como em relação à violência nas escolas (2,69). Por sua vez, a perceção dos jovens portugueses surge menos crítica do que a dos restantes jovens ibero-americanos em relação ao modo de funcionamento da escola (2,3), bem como à utilidade quotidiana dos aprendizagens que proporciona (2,29).

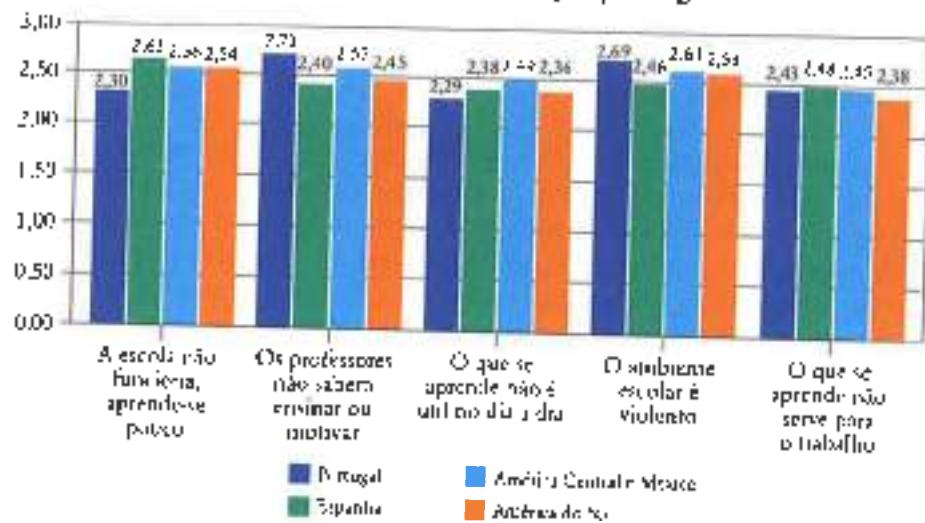
Analisando a particularidade das respostas da amostra portuguesa, 24,2% e 22,7% dos jovens portugueses, respetivamente, declararam «concordar» ou «concordar totalmente» com as afirmações «o ambiente escolar é violento» e «os professores não sabem ensinar e motivar». Ainda assim, a proporção dos que declararam «discordar» ou «discordar totalmente» destas afirmações foi de 46% e 47,6%, respetivamente, valor bastante superior (figura 6.6).

De forma similar, nas questões onde os jovens portugueses se mostraram menos críticos («a escola não funciona, aprende-se pouco» e «o que se aprende nas escolas não é útil no dia a dia»), a proporção de respondentes que declararam «discordar totalmente» ou «discordar» destas afirmações situou-se perto dos 60%, contra cerca de 16% dos respondentes que assinalaram «concordar» ou «concordar totalmente» com o conteúdo crítico das frases apresentadas.

A partir das respostas a esta questão foi possível construir uma escala, denominada «escala de perceção sobre a escola»,<sup>3</sup> com a qual foi possível medir o grau de perceção mais ou menos crítico sobre a escola em geral.

<sup>3</sup> A análise fatorial, utilizando o método PAF (*principal axis factoring*) para a amostra global e o critério do autovalor, identificou um fator com bons níveis de variância explicada (52%) e de consistência interna ( $\alpha = 0,68$ ). A escala foi criada utilizando a média aritmética dos cinco itens.

Figura 6.5 – Médias da percepção sobre a escola por país/região



Nota: Média de concordância dos respondentes com diferentes frases sobre a escola segundo uma escala de 1 a 5 (1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente).

Figura 6.6 – Percepções sobre a escola em Portugal (%)

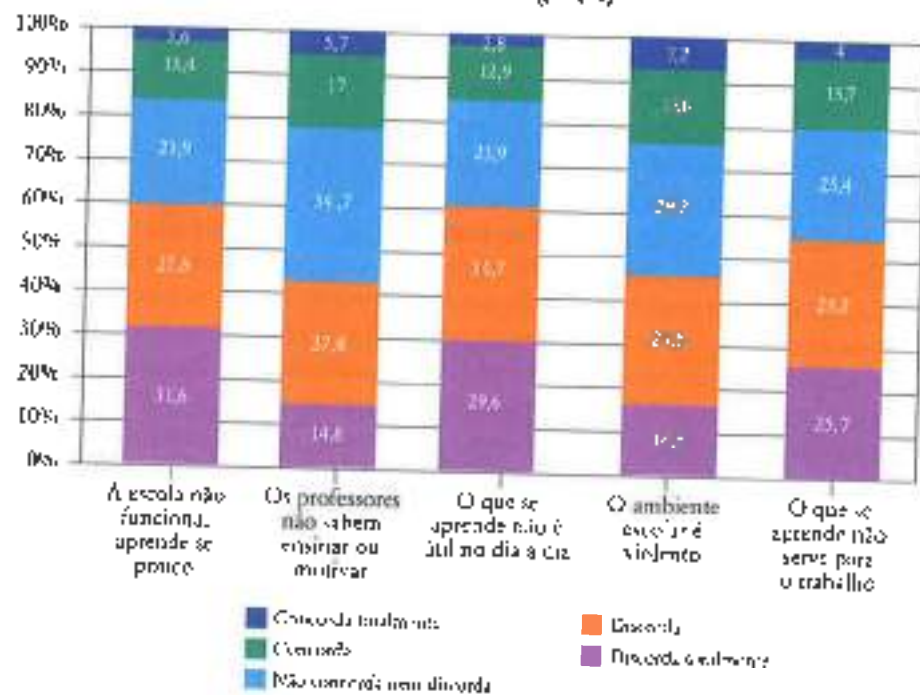
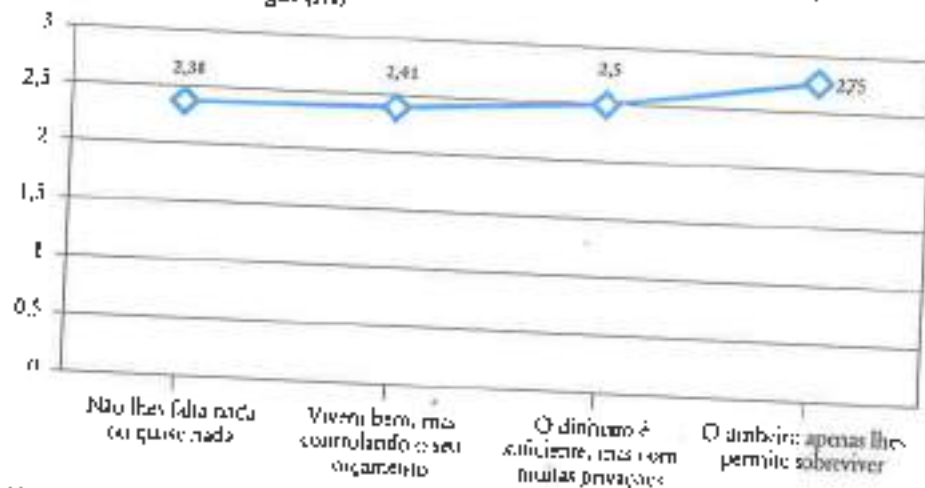


Figura 6.7 – Médias das percepções sobre a escola por nível de vida subjetivo em Portugal (M)



Nota: Média de percepção sobre a escola segundo uma escala de 1 a 5 (1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente).

Cruzando essa escala com algumas variáveis de caracterização, verifica-se que, em Portugal, os respondentes mais jovens (15-19 anos) tendem a ser menos críticos em relação à escola (2,33) do que os jovens nos escalões etários superiores (2,54 de média para os jovens entre os 20 e os 24 anos e 2,55 para os jovens dos 24 aos 29 anos). O que leva a pressupor que a atitude crítica perante a escola tende a aumentar à medida que vai havendo menor contacto directo com essa instituição.

De facto, se cruzarmos a escala da percepção sobre a escola com a condição de estudante do respondente, verifica-se que quem se encontra atualmente a estudar tem uma percepção muito menos crítica da escola (2,33) do que quem já abandonou os estudos (2,61).

Outro fator importante na percepção mais ou menos crítica sobre a escola é o nível de vida subjetivo. Ao cruzar estas duas variáveis (figura 6.7), verifica-se que os respondentes com maiores dificuldades económicas são, em média, muito mais críticos em relação à escola, sendo que as percepções sobre o universo escolar tendem a tornar-se tanto menos críticas quanto mais elevado é o nível de vida do respondente.

Em todo o caso, os jovens portugueses mostram-se, em geral, satisfeitos com a qualidade da educação que tiveram. Quando questionados sobre se consideram ter tido uma boa educação secundária (figura 6.8), apenas 6,5% dos respondentes portugueses declaram «discordar totalmente» ou «discordar» dessa afirmação. Aliás, a percentagem de jovens portugueses que «concordam total-



Figura 6.8 - «Tive uma boa educação secundária» por país/região (%)

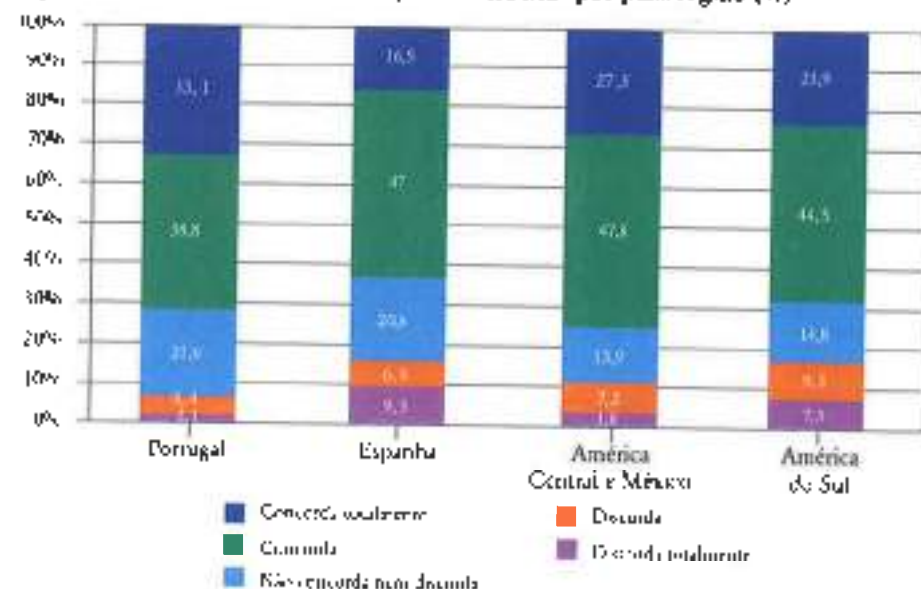
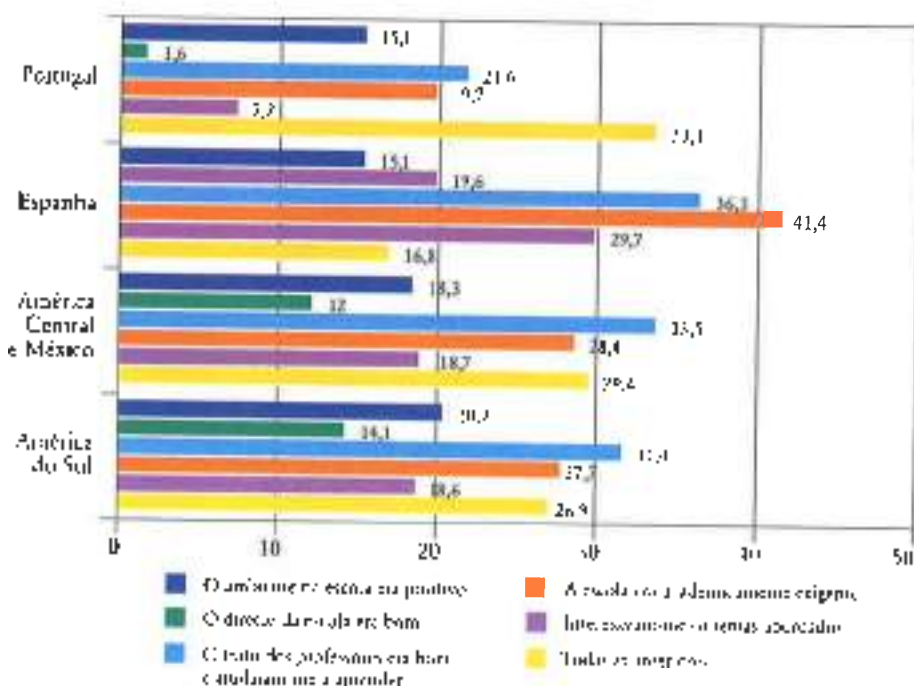


Figura 6.9 - «Por que considera ter tido uma boa educação secundária?» por país/região (%) (resposta múltipla)



mente» com o facto de terem tido «uma boa educação secundária» (33,1%) destaca-se comparativamente com a Espanha (16,5%) ou a região da América Central e México (27,3%) e da América do Sul (23,9%).

Já em Espanha e nos países da América do Sul os jovens inquiridos revelam-se relativamente mais insatisfeitos com a educação obtida nesse nível de ensino, considerando as proporções relativas de jovens que «discordaram» ou «discordaram totalmente» perante a afirmação «tive uma boa educação secundária» (15,9% e 16,8%, respetivamente).

Aos inquiridos que declararam «concordar» ou «concordar totalmente» com o facto de terem tido uma boa educação secundária foi colocada a questão sobre os motivos pelos quais consideravam ter tido essa boa educação (figura 6.9). De uma forma geral, os jovens portugueses consideram que os motivos são múltiplos, uma vez que a opção mais assinalada, com 33,4%, considerava válidos todos os motivos propostos. De entre as restantes opções de resposta, os jovens portugueses destacaram ainda o papel dos professores e a sua relação com os alunos (21,6%), bem como o nível de exigência da escola (19,7%).

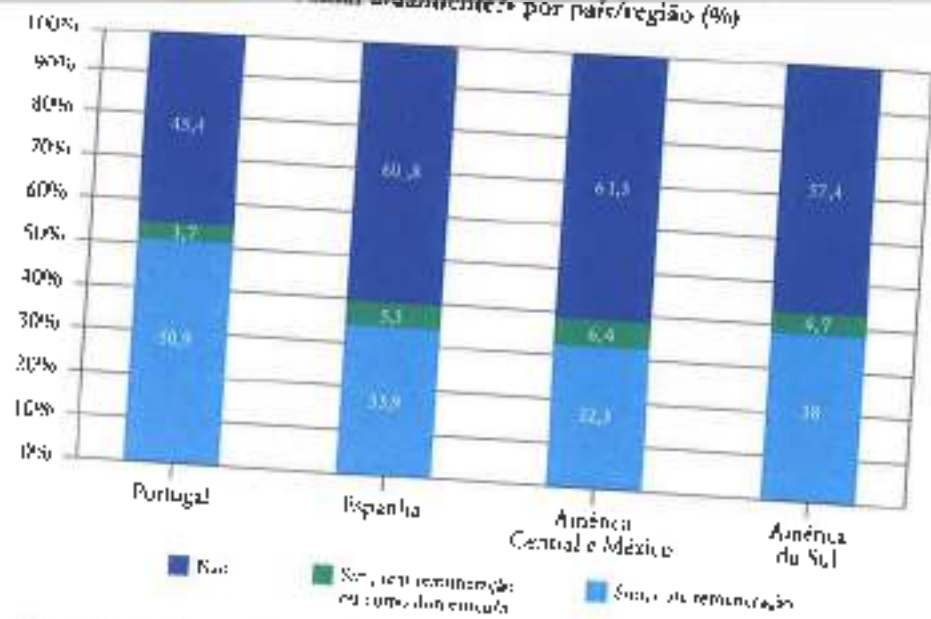
De notar que a opção «o diretor da escola era bom» foi praticamente ignorada pelos jovens portugueses (1,6%), nomeadamente por comparação com o papel que este assume para os jovens espanhóis (19,6%). Tal sucede, muito provavelmente, devido ao facto de essa figura, no sistema educativo português, não estar muito presente na vida quotidiana dos jovens estudantes. Trata-se de uma figura mais de contacto com os professores e responsável pelas relações interinstitucionais da escola, ao contrário do que acontece com o «diretor de turma», esse sim bastante presente nos quotidianos estudantis.

## Inserções e perceções sobre o mercado de trabalho

### Condição perante o trabalho

A composição da amostra portuguesa manifesta a existência de uma proporção substancialmente mais elevada de jovens portugueses a trabalhar com remuneração (50,9%), por comparação com os restantes países/regiões analisados (figura 6.10). São sobretudo jovens adultos (52,4% entre 25 e 29 anos e 35,4% entre 20 e 24 anos), mais homens (57,3%) do que mulheres (42,7%), trabalhadores no setor privado (71%), havendo ainda uma razoável proporção de jovens trabalhadores (com ou sem remuneração) que afirmam ter como principal ocupação a de estudante (13,6%).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> A proporção de jovens que dizem estar a trabalhar atualmente, tendo como principal ocupação a de estudante, é substancialmente mais baixa em Espanha (5,8%), atingindo valores mais altos na América Central e México (16,1%) e na América do Sul (17,9%).



Os jovens portugueses que não se encontravam a trabalhar no momento de aplicação do inquérito são sobretudo estudantes (63,6%), havendo ainda uma larga proporção de desempregados (34,2%). Nos restantes países e regiões em análise, o peso dos desempregados neste perfil é substancialmente menor do que em Portugal, estando a sua grande maioria na condição de estudante: em Espanha, 67,9% são estudantes e 8,7% desempregados; na região da América Central e México, 70% são estudantes e 12,1% desempregados; na América do Sul, 73,4% são estudantes e 11,8% desempregados.

A percentagem total de inquiridos que, não estando a trabalhar (com ou sem remuneração), se encontravam à procura de emprego no momento de aplicação do inquérito é muito variável, consoante o país/região analisado (figura 6.11). Comparativamente, provavelmente devido aos efeitos da crise económica na compressão da estrutura laboral, Portugal apresenta a proporção mais elevada de jovens que, não trabalhando no momento da inquirição, se encontravam à procura de trabalho (60,3%), valor substancialmente mais elevado do que em Espanha (15,6%), bem como na média dos países das regiões da América Central e México (37,2%) e da América do Sul (29,2%). A justificar estes valores tão discrepantes, começa por estar o facto de, como se viu atrás, a composição deste perfil juvenil em Portugal integrar uma representação proporcional de desempregados muito mais acentuada do que a encontrada para os restantes países e regiões em análise.

Figura 6.11 – Jovens que não estão atualmente a trabalhar e se encontram à procura de trabalho por país/região (%)



Considerando os acentuados efeitos negativos da crise económica nos países da Europa do Sul ao nível do desemprego juvenil, ao resultado do caso espanhol acresce a hipótese de estarmos perante um fenómeno de desistência na procura de trabalho por parte destes jovens – nomeadamente dos que estão na condição de desempregados (27,5%). Com efeito, metade dos jovens espanhóis na condição de desempregados declara não estar à procura de trabalho.

Já no caso dos jovens portugueses que, não tendo nenhum trabalho remunerado ou não remunerado, se encontravam a procurar trabalho no momento da inquirição 55,6% encontram-se de facto desempregados e 41,7% têm como principal condição a de estudante.<sup>7</sup> São ainda sobretudo jovens na idade modal de transição da escola para o emprego (20-24 anos, 43,5%) ou mais novos (15-19, 33,3%) e maioritariamente mulheres (57,4%). Trata-se ainda de um perfil que vai ganhando franca expressão à medida que as condições socioeconómicas são mais desfavorecidas, o que demonstra como as condições económicas da família dos jovens condicionam a necessidade que sentem em procurar trabalho (figura 6.12).

Quando os jovens trabalhadores inquiridos são questionados sobre se estão inscritos na segurança social dos vários países/regiões em análise (figura 6.13), os portugueses destacam-se com o valor mais elevado dos que respondem afirmativamente (83,4%), seguidos dos jovens espanhóis (72%), da América do Sul (63,8%) e da América Central e México (56,8), regiões onde o peso do trabalho informal será provavelmente maior.

<sup>7</sup> Dentro deste mesmo perfil, na América Central e México 56% são estudantes e 24,2% são desempregados e na América do Sul 55,7% são estudantes e 30,4% são desempregados.

Figura 6.12 - Procura de trabalho por nível de vida subjetivo em Portugal (%)

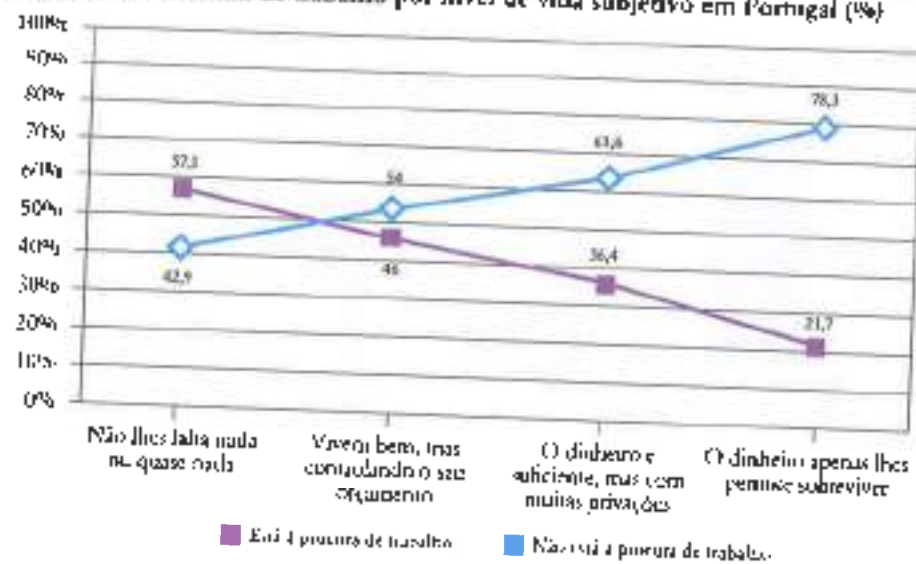
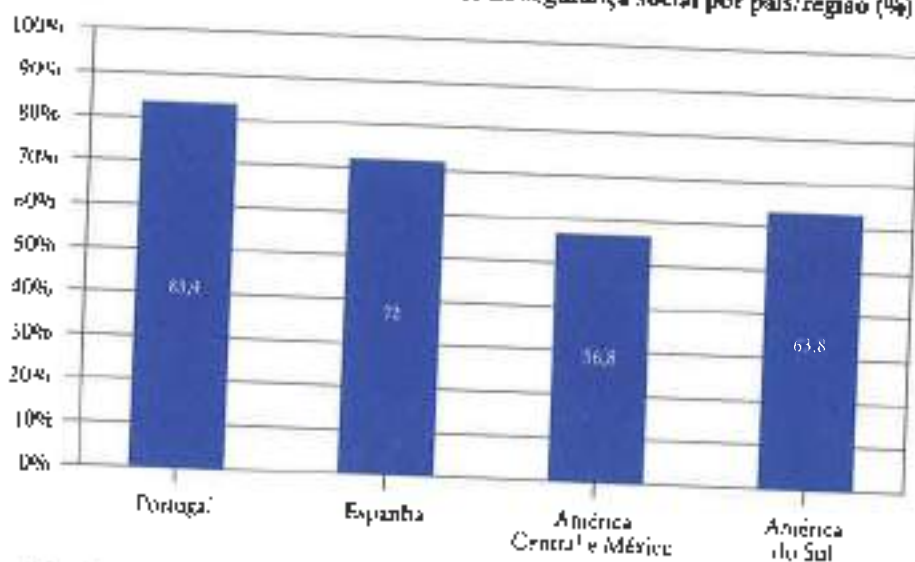
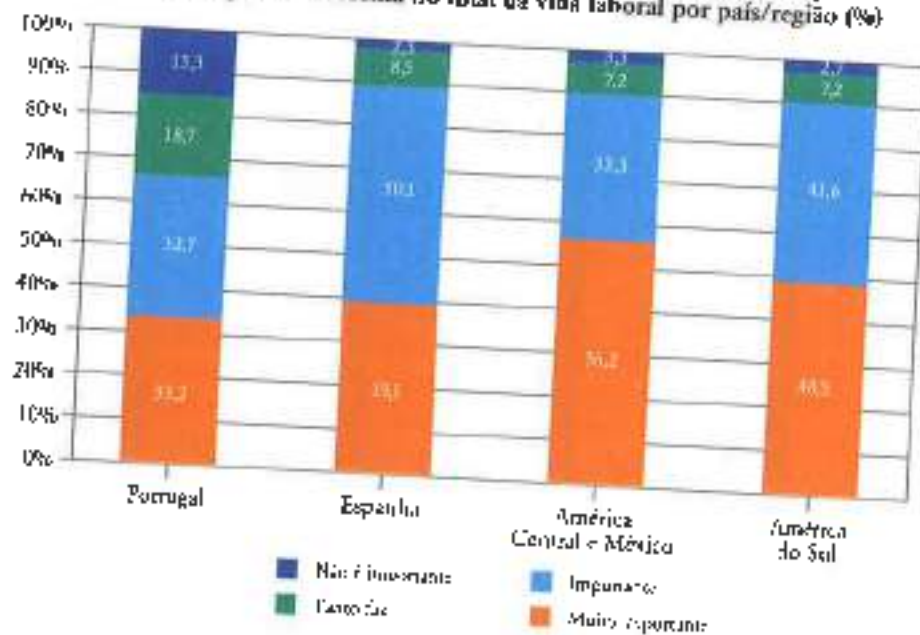


Figura 6.13 - Jovens trabalhadores inscritos na segurança social por país/região (%)



Não obstante os jovens trabalhadores portugueses serem os que mais declararam fazer descontos para a segurança social, quando questionados sobre a importância que atribuem a esses mesmos descontos para obter uma pensão/reforma no final da vida laboral (figura 6.14), são também os que mais tendem a desvalorizar esse facto de entre o conjunto de países/regiões analisados: cerca

Figura 6.14 - Importância atribuída aos descontos da segurança social para obter uma pensão/reforma no final da vida laboral por país/região (%)



de 35% afirmam que isso «não é importante», ou que «tanto faz» descontar ou não para a obtenção de uma pensão no final da vida profissional, quando nos restantes países/regiões essa atitude de descrença se situa em torno dos 10%. Estes resultados em Portugal poderão estar associados aos problemas de sustentabilidade financeira do Estado social que têm ganho visibilidade na esfera pública portuguesa, descredibilizando a esperança de os descontos realizados no presente se virem a traduzir numa efetiva futura reforma. Mesmo assim, a maioria dos jovens portugueses (65,9%) considera importante ou muito importante descontar para a segurança social.

### Perceções sobre as condicionantes de inserção no mercado de trabalho

No contexto de compressão do mercado de trabalho e de dificuldades acrescidas de inserção profissional por parte dos jovens, interessa saber quais as condicionantes percecionadas pelos jovens como mais ou menos facilitadoras da sua inserção laboral. Quando questionados sobre condicionantes de ordem educativa, de capital social ou de natureza mais estrutural relacionadas com a falta de boas oportunidades de emprego, a maioria dos inquiridos ibero-americanos tendem a enfatizar o valor da educação como fator mais importante para

Figura 6.15 - Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por país/região (%)

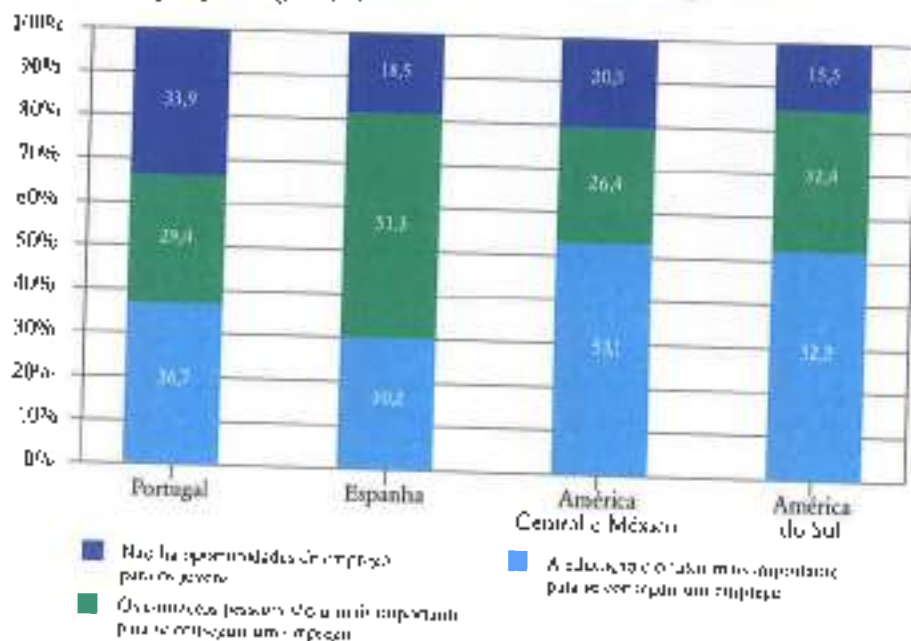
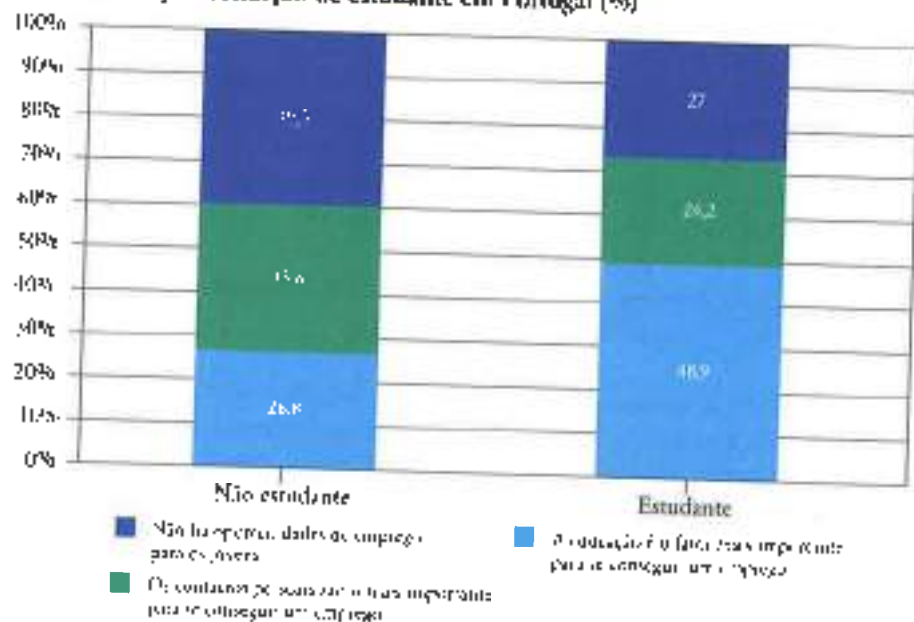


Figura 6.16 - Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por condição de estudante em Portugal (%)



se conseguir emprego (50,8%). Os contactos pessoais enquanto fator mais importante para se conseguir um emprego foram escolhidos por cerca de um terço da população jovem (30,8%). O peso dos fatores propriamente estruturais na dificuldade de inserção profissional é a opção mais desvalorizada, apenas escolhida por 18,4% dos jovens.

O peso dos fatores estruturais, no entanto, ganha proeminência entre os jovens portugueses, por comparação com os restantes países/regiões analisados, destacando-se com cerca de 34% a indicarem não haver boas oportunidades de emprego para os jovens (figura 6.15). Ainda que em condições estruturais de semelhante dificuldade de inserção laboral, os jovens espanhóis tendem a valorizar mais o valor das relações sociais para obter um emprego (51,3%) relativamente à educação e às oportunidades efetivas de trabalho. Já entre os jovens das regiões da América Central e México e da América do Sul destaca-se o valor dado à educação no processo de inserção profissional.

No caso português, ao ventilarmos as opiniões sobre o acesso dos jovens ao mercado de trabalho pela condição de estudante (figura 6.16), verificámos que os jovens que ainda estudam tendem a acreditar mais no valor da educação como fator importante para conseguir um emprego (48,9%), enquanto os jovens que já não estudam (e que provavelmente já se confrontaram com as dificuldades inerentes à sua inserção laboral) tendem a destacar a falta de «boas oportunidades no mercado de trabalho» (39,5%).

Por outro lado, quando se cruzam as percepções sobre as condicionantes de acesso dos jovens ao mercado de trabalho com o grupo etário (figura 6.17), verifica-se que a educação tende a ser valorizada sobretudo pelos mais novos, enquanto o capital de relações tende a ganhar peso à medida que a idade do respondente aumenta. Os constrangimentos estruturais em termos de oportunidades de emprego para os jovens tendem a ser maioritariamente selecionados por jovens no escalão dos 20 aos 24 anos, justamente a idade modal onde muitos jovens se confrontam pela primeira vez com a cada vez mais difícil realidade de encontrar o primeiro emprego. Se tivermos em conta o nível de vida subjetivo do entrevistado, constata-se ainda que são os jovens portugueses com mais dificuldades económicas que tendem a mais valorizar a opção «não há boas oportunidades de emprego para os jovens» (52,3%), valor que vai decrescendo substancialmente à medida que diminuem as dificuldades económicas da família em que se inserem (figura 6.18). No sentido contrário, são os jovens com melhores condições de vida que mais tendem a acreditar na relevância da educação como fator importante para se conseguir emprego (44,7%).

Por último, é também interessante notar como o confronto real com o mercado de trabalho através da procura de emprego tende a modelar a percepção dos jovens portugueses sobre as condicionantes mais importantes no acesso ao

Figura 6.17 Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por grupo etário em Portugal (%)

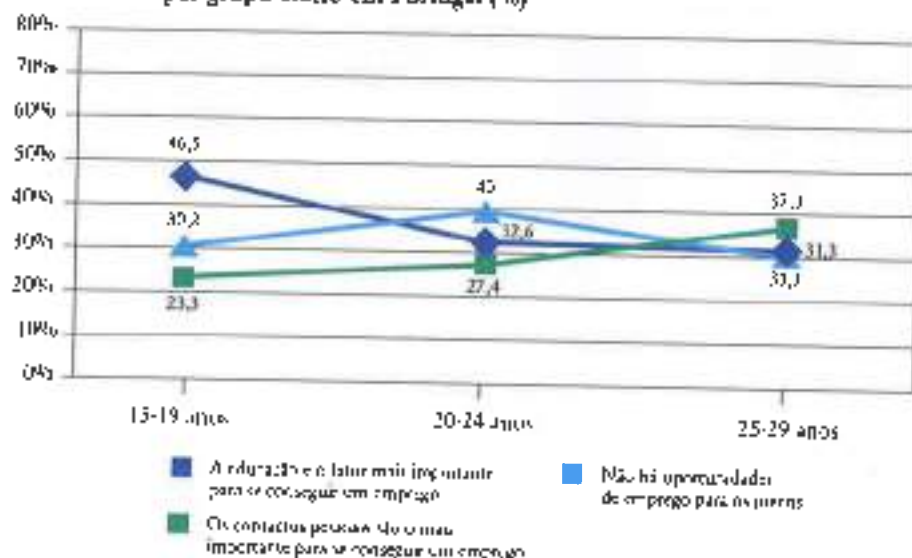


Figura 6.18 - Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por nível de vida subjetivo em Portugal (%)

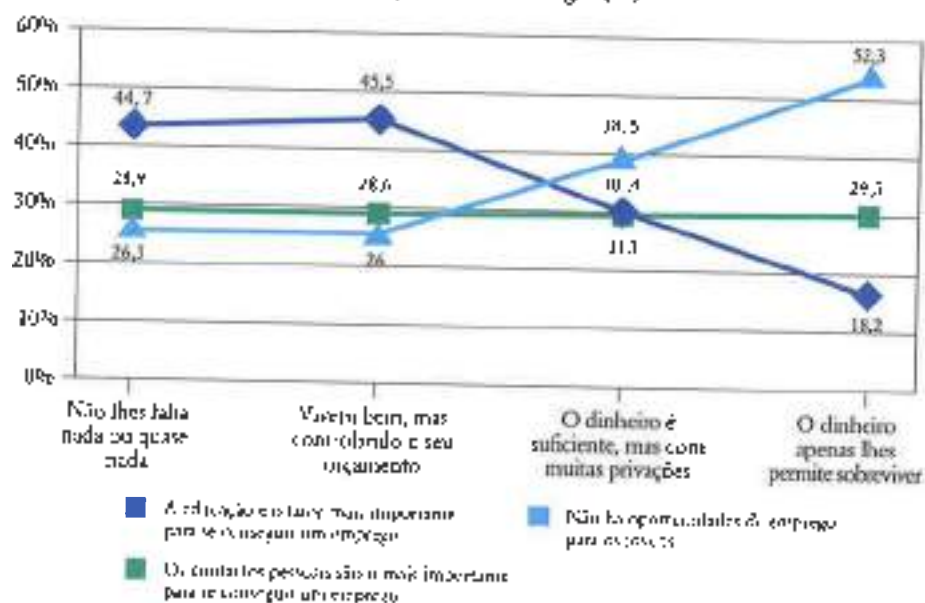
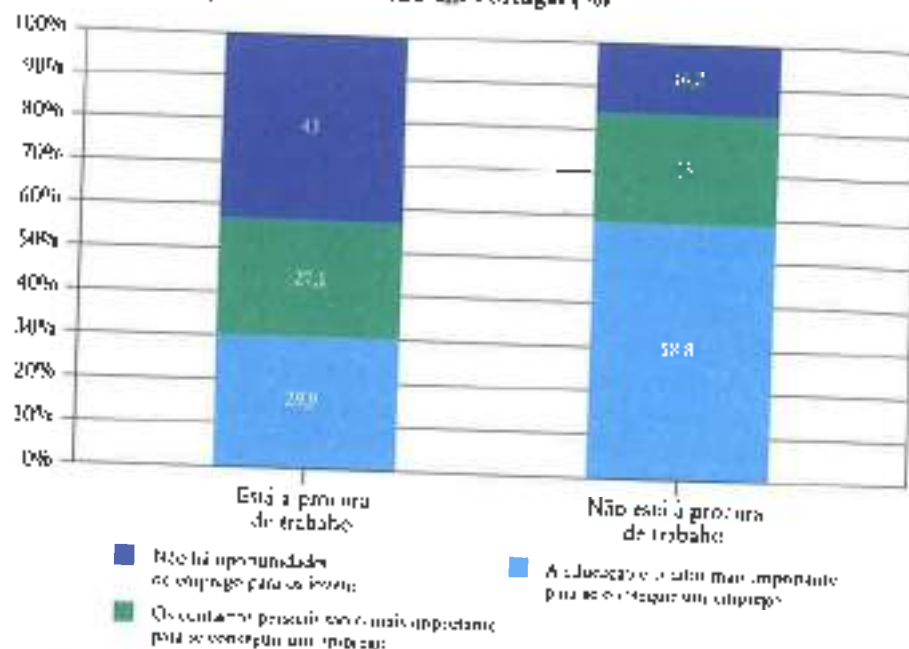


Figura 6.19 - Perceções sobre condicionantes de inserção no mercado de trabalho por procura de trabalho em Portugal (%)



emprego (figura 6.19), no sentido de essa busca os consciencializar da ausência de boas oportunidades de emprego para os jovens (43%) face ao valor do peso da educação e do capital social.

## Conclusões

Considerando as fragilidades da amostra portuguesa em termos de representatividade, os jovens portugueses inquiridos apresentam uma larga sobre-representação da população universitária relativamente quer aos restantes países/regiões em análise, quer ao universo da população juvenil recenseado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Este dado poderá ter efeitos ao nível da crença no valor da educação como condicionante na inserção profissional e na avaliação amplamente positiva que fazem da sua educação secundária, variáveis de percepção em que os jovens portugueses se destacam relativamente aos restantes países e regiões analisados.

São também os jovens portugueses que, comparativamente, menor proporção de estudantes apresentam e mais inseridos estão no mercado de trabalho. Esta tendência vai-se acentuando com o avançar na idade, sendo que a passagem da condição de estudante à de trabalhador manifesta ter implicações numa per-

leção crítica sobre a escola, bem como na desvalorização do valor da educação enquanto condicionante mais importante da inserção profissional, a favor dos constrangimentos a nível das oportunidades estruturais disponibilizadas.

Um dado particularmente interessante é o facto de os jovens portugueses trabalhadores serem os mais descrentes relativamente à importância atribuída aos descontos para a segurança social, no sentido de obterem uma reforma/pensão num futuro longínquo, apesar de, comparativamente com os países/regiões analisados, serem os que mais declaram contribuir para esse sistema. Os efeitos da crise económica na desconfiança sobre a (in)sustentabilidade do sistema de segurança social português a médio e longo prazo estarão de certo na origem deste desfazamento entre a atual situação contributiva dos jovens portugueses e a sua real efetividade no futuro.

Os efeitos da atual conjuntura de crise económica são também particularmente notórios a nível da perceção que os jovens portugueses demonstram sobre as condicionantes de inserção laboral. Com efeito, por comparação com os restantes países/regiões em análise, os jovens portugueses são os que mais enumeram a falta de boas oportunidades de emprego para os jovens como constrangimento mais importante na transição para o mercado de trabalho.

Esta perceção é particularmente sentida entre os jovens socioeconomicamente mais vulneráveis. Aliás, a variável que resultou da auto-classificação do nível socioeconómico do jovem e sua família foi das que demonstraram efeitos mais transversais: para além de serem os que maioritariamente tendem a enumerar a falta de oportunidades de emprego juvenil, os jovens que dizem que o seu rendimento apenas lhes permite sobreviver são os que mais tendem a abandonar o ensino, nomeadamente o secundário, são os que mais procuram trabalho (sendo estudantes ou desempregados) e são os que tendem a ter uma perceção mais negativa sobre a escola em geral.

Denota-se, assim, na sociedade portuguesa a permanência estrutural do peso das desigualdades em termos das condições socioeconómicas nas vivências, itinerários e perceções juvenis no âmbito da educação e do trabalho.

Ana Nunes de Almeida  
Ana Delicado

## Capítulo 7

# Uso de novas tecnologias

## Introdução

A democratização do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), nomeadamente a internet, é uma das facetas mais interessantes da mudança social nas sociedades contemporâneas e um tema que a investigação científica não deixou escapar. Sabe-se, desde logo, e para o caso português, que os mais jovens são os seus utilizadores mais intensos, não raro também os mais proficientes (em comparação com os adultos, sejam eles os pais ou os professores). Nos meios sociais desfavorecidos parece aplicar-se com justeza a dicotomia de Prensky (2001) que distinguia as duas gerações, crianças e jovens vs. adultos, como *digital natives* e *digital immigrants* – cabendo às primeiras o caminho pioneiro de abertura, tolerância e domínio deste novo mundo de inovação e aprendizagem, enquanto os segundos são reicçados para um papel de reação adaptativa, quando não mesmo marginalizados por um progresso inparável que lhes escapa.

Se o acesso à internet parece ter-se tornado (quase) universal, o sonho igualitário da homogeneização e uniformização dos comportamentos digitais – que muitos acalentavam no advento desta nova era – parece vir esbater-se contra a realidade. Na verdade, o facto de à entrada o acesso se encontrar generalizado a muitos não significa que as clivagens sociais (de género, classe, escolaridade, idade, região, por exemplo) tenham desaparecido; pelo contrário, vamos encontrá-las nos modos de apropriação da internet pelas diferentes franjas da população. Os níveis de proficiência, o tipo de atividades realizadas *online*, as representações ou mesmo os riscos que se correm não se distribuem socialmente ao acaso, mas, pelo contrário, organizam-se muitas vezes em torno daquelas clássicas variáveis de distinção. O contexto de apropriação das novas TIC não pode, pois, ser ignorado, constatação que põe em causa visões essencialistas que, com grande visibilidade nos *media*, se vêm colar a estes temas.